

PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU: O PROCESSO DE MIGRAÇÃO, OCUPAÇÃO E AS MARCAS NA PAISAGEM NATURAL

TÍTULO PARQUE NACIONAL DEL IGUAZÚ: EL PROCESO DE MIGRACIÓN, LA OCUPACIÓN Y LAS MARCAS EN EL PAISAJE NATURAL

IGUAÇU NATIONAL PARK: THE PROCESS OF MIGRATION, OCCUPATION AND THE MARKS IN THE NATURAL LANDSCAPE

Por RUDY NICK VENCATTO¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo lançar olhares sobre o processo de migração e ocupação do Parque Nacional do Iguaçu, bem como perceber as mudanças perpetradas por estes sujeitos que viveram no espaço do parque durante os anos de 1960-1970. Nessa direção, investiga memórias e dinâmicas socioambientais relacionadas à instituição do parque enquanto área de proteção ambiental. Metodologicamente o artigo utiliza-se da História Oral para pensar as diferentes maneiras como os próprios agricultores colonos rememoram as experiências de permanência no interior do parque e como estes antigos moradores alteraram de forma permanente a paisagem natural.

Palavras-chave: Parque Nacional do Iguaçu. História Oral. Paisagem e Memória.

RESUMEN

Este artículo pretende lanzar miradas sobre el proceso de migración y ocupación del Parque Nacional de Iguazú, así como darse cuenta de los cambios perpetrados por estas personas que vivían en el parque durante los años 1960-1970. En este sentido, investiga las memorias y dinámicas socio ambientales relacionadas con la institución del parque como una área de protección ambiental. Metodológicamente, el artículo utiliza es la Historia Oral para pensar en las diferentes formas en que los agricultores colonos recuerdan las experiencias de permanencia en el interior del parque y cómo estos antiguos moradores alteraran permanentemente la paisaje natural.

Palabras clave: Parque Nacional Iguazú. Historia Oral. Paisaje y Memoria.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Professor Historiador do Instituto Federal do Paraná – IFPR, campus Cascavel. Email: rudy.vencatto@ifpr.edu.br

ABSTRACT

The aim of this article is to shed light on the process of migration and occupation of the Iguaçu National Park, as well as to try to understand the changes made by the subjects who lived there in the 60s. In this sense, it investigates memories and socio-environmental dynamics related to the institution of the park as an environmental protection area. Methodologically, the article uses Oral History, which enabled us to think about the different ways that the colonist farmers themselves recall the experience of continuing inside the park by the occupation process and how these former residents permanently changed the natural landscape.

Key words: Iguaçu National Park. Oral History. Landscape and Memory.

INTRODUÇÃO

O Parque Nacional do Iguaçu (PNI), localizado no Oeste do Paraná a 700 quilômetros da capital Curitiba, forma um conjunto de terras transfronteiriças de áreas naturais protegidas, englobando porções territoriais da Argentina e do Brasil. Sua área total preenche um espaço de 2.528,825 km² (252.882,5 ha), sendo 1.852,625 km² (185.262,5 ha) no lado brasileiro e 676,20 km² (67.620 ha) na área argentina (RICOBOM, 2001).

É importante ressaltar que a discussão realizada neste artigo está centrada nas memórias da ocupação e colonização ocorrida no lado brasileiro, entre as décadas de 1960-1970. As narrativas aqui apresentadas e analisadas fazem parte de um acervo que está sendo montado desde 2009 e continua em processo de reconstituição. Os entrevistados, em sua maioria, são ex-moradores do PNI ou atuais moradores do entorno do parque, os quais, contribuíram para ampliar as percepções sobre um passado quase silenciado da memória pública da região.

O Parque Nacional do Iguaçu possui uma história de formação imbricada em outras questões de temporalidades. Questões que atravessaram fronteiras nacionais, motivando e difundindo ideias que delinearam a complexa relação estabelecida entre homem e natureza. Ao longo do século XX as políticas ambientais que constituíram espaços de reservas naturais atingiram populações em diferentes partes do mundo e, muitas vezes, excluíram estas do processo de preservação.

Michel Pimpert e Jules Pretty (1999), em seu texto *Parques, comunidades e profissionais: incluindo participação no manejo de áreas protegidas*, historicizam a construção das áreas protegidas, assim como os conceitos que definem tais espaços. Porém, o ponto para o qual os autores mais chamam atenção trata-se da ausência do reconhecimento dos saberes populares de pessoas que viviam ou ainda vivem nestas áreas demarcadas enquanto reservas ambientais.

Segundo Pimpert e Pretty (1999), a degradação das áreas protegidas ocorre de maneira mais intensa quando não incluem nos projetos de manejo as populações locais. Neste sentido, o que prevalece são os olhares

dos biólogos e botânicos, os quais adotam os critérios de manejo dentro de suas áreas de formação, excluindo assim os saberes das pessoas que se relacionam com estas áreas.²

O antropólogo Rinaldo Arruda (1999) também problematiza a concepção que busca entender a natureza como um elemento externo ao ser humano. Para ele trata-se de um equívoco pensar em unidades de conservação como espaço em seu estado original. Uma visão fruto do ambientalismo ainda do século XIX que ganhou forças no século XX e perdura constituindo e determinando reservas ambientais, muitas vezes através de expropriações de camadas humanas que habitam espaços por várias décadas (ARRUDA, 1999).

Segundo Arruda (1999) é necessário rever esta concepção de floresta primária em seu estado original bem como as definições científicas tomadas enquanto superiores aos conhecimentos e práticas de comunidades locais. Através do que Arruda convida a refletir, penso que entender as unidades de conservação enquanto espaços não intocados significa romper com a dicotomia entre homem e natureza assim como, visualizar a natureza no movimento relacional com a vida humana (ARRUDA, 1999).

Outro autor que auxilia a pensar as relações entre cultura e natureza é Keith Thomas (2010) e sua obra *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. Com o objetivo principal de compreender a maneira pela qual homens e mulheres, de diferentes níveis sociais, perceberam e classificaram o mundo natural ao seu redor, o autor traça um recorte temporal de aproximadamente trezentos anos, no qual é possível perceber o surgimento de novas sensibilidades em relação aos animais e plantas e a construção de ideais que definiram valores para a paisagem. Nesse processo alguns dogmas que definiam o lugar do homem na natureza lentamente passaram a ser descartados. Por meio das fontes literárias e legislações do período e locais trabalhados, o autor expõe os pressupostos, os raciocínios e os sentimentos dos ingleses no início da época moderna com relação às outras espécies de seres vivos.

O arcabouço de fontes utilizado por Keith Thomas permite pensar na prática historiográfica lançada sobre a legislação ambiental que ao longo do século XX moldou o Parque Nacional do Iguaçu no espaço Oeste do Paraná. Os olhares lançados pelos ingleses na obra de Thomas podem ser pensados de maneira relacional aos modelos e valores construídos para os parques nacionais brasileiros e principalmente para a floresta do PNI. Neste sentido a obra de Thomas, para além de um importante referencial teórico, constitui-se como um exercício significativo que estimula nesta tese a busca por fontes e os caminhos que podem ser percorridos.

A partir do momento que passei a vislumbrar a floresta como objeto de análise senti a necessidade de compreender como a floresta do PNI poderia ser pensada para além de um espaço natural. Na busca por leituras e referenciais, um dos primeiros autores que me permitiu olhar com cautela para aquilo doravante denominado como selvagem foi Alfred Crosby e, a partir deste, outros teóricos ajudaram a compor a trama de conceitos e significados que auxiliaram a interpretar e redescobrir o PNI.

² É importante destacar que se trata de uma visão levantada pelos autores Pimpert e Pretty, que têm como objetivo apresentar um panorama geral da problemática abordada. De qualquer forma, cabe dizer que nem todos os profissionais se enquadram na abordagem realizada, tendo em vista a diversidade de vertentes teóricas e conceitos éticos.

Por meio do trabalho de Alfred Crosby (2011) *Imperialismo Ecológico: A expansão biológica da Europa 900-1900* é possível perceber a variedade e multiplicidade de plantas e animais que foram inseridos no Continente Americano por meio do expansionismo europeu. Imerso nesse olhar o autor levanta uma reflexão que impulsiona os leitores a pensar sobre a instabilidade do ambiente natural. Para Crosby, muitas espécies que julgadas nativas de um lugar, foram em algum tempo inseridas por populações humanas, espalhando-se e levando a crer que sempre existiram em um determinado espaço. Compreender que espécies tomadas como nativas foram em outros tempos introduzidas consciente ou inconscientemente, por migrações humanas, significa perceber os sujeitos num processo relacional com a natureza, e o PNI como resultado também das ações humanas.

Assim como Thomas alerta para as mudanças de percepções e sentimentos que irão redefinir o espaço físico ao redor dos sujeitos, a categoria paisagem é pensada neste artigo de maneira relacional com a cultura. Para refletir sobre o tema utilizei como aporte a obra de Simon Schama (1996), *Paisagem e memória*, a qual permite problematizar o processo de mitificação da natureza. Para Schama, natureza, antes de qualquer coisa, significa “paisagem”, algo construído a partir do social, da cultura dos sujeitos, de suas lembranças e rememorações, instrumentos criadores de sentidos para os espaços tomados como naturais. Compreender que o espaço observado e analisado, antes de tudo, é também fruto das concepções e significados forjados pela bagagem cultural que cada indivíduo carrega consigo, é peça fundamental para uma leitura consciente do objeto em questão.

O PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU: PROCESSO DE CRIAÇÃO E AS NARRATIVAS DO ESPAÇO VIVIDO

Por meio do Decreto-Lei Nº 1.035, de 10 de janeiro de 1939, durante o governo de Getúlio Vargas, o estado brasileiro criou oficialmente o Parque Nacional do Iguaçu. Com o passar dos anos, sua extensão territorial sofreu modificações e, na década de 1970, culminou com o processo de expropriação de centenas de famílias. Um processo de desapropriação forçado e que, de alguma forma, foi silenciado pela memória social, assim como, encontra-se ausente nos debates historiográficos sobre a questão agrária e do próprio PNI. De onde vieram estas famílias? Como compraram suas terras naquele espaço tomado enquanto parque nacional? Quais são as lembranças sobre a ocupação? Estas são algumas questões que lanço para iniciar a análise das memórias daqueles que vivenciaram o espaço do PNI e remodelaram permanentemente a paisagem natural.

Na década de 1960, muitas famílias provenientes dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, “motivadas” ou engendradas por projetos de “colonização privados”, como parte de um processo mais amplo de ocupação destas regiões de fronteira nacional, participaram da ocupação de áreas de terras onde hoje se constitui o PNI. Estas áreas mais tarde passaram a ser reivindicadas pelo governo federal através de órgãos como o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, enquanto espaços constituintes da área total do

parque. Na década seguinte, 1970, a expropriação foi efetivada, constituindo um processo autoritário que retirou cerca de 457 famílias e as reassentou no município de São Miguel do Iguazu, no projeto denominado Projeto Integrado de Colonização PIC – OCOI. Este projeto ficou sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

Sobre este projeto, em 1970, o INCRA e o IBDF, firmaram um convênio que visava a preservação e destinação de áreas de parques nacionais. O convênio previa a transferência dos ocupantes das áreas dos futuros parques para outros locais sendo que, no caso do Oeste do Paraná, a área considerada prioritária foi a do atual Parque Nacional do Iguazu. No ano de 1972, após concluídos os levantamentos e avaliação das benfeitorias, o INCRA constatou, na época, a existência de 457 famílias, com a seguinte distinção: “158 com títulos oriundos do Governo do Estado e 299 sem títulos de propriedades, sendo simples ocupantes, arrendatários, parceiros e empregados rurais; a área ocupada era de 12.000 ha com mais de 4.000 ha de culturas” (IBAMA, 1986, p.11).

A maioria das famílias que vivenciaram este processo de ocupação do espaço do atual PNI era de pequenos proprietários ou arrendatários. Este processo de mudança constituiu-se numa travessia longa e demorada devido às condições de estradas, meios de transporte e condições climáticas. Situações que foram vividas de diferentes maneiras por estes sujeitos que rememoram este processo. É necessário destacar que nem todas estas famílias foram reassentadas no PIC-OCOI, pois somente aquelas que possuíam escrituras puderam ter acesso a um novo pedaço de terra. Com relação às demais, em geral famílias que haviam se estabelecido em posses, ficaram à deriva, como folhas jogadas ao vento.

Partindo da problemática da constituição do PNI, e dos debates que ao longo dos anos foram instituindo este espaço de proteção ambiental como uma área de parque, é interessante iniciar a análise a partir da narrativa destes sujeitos que ocuparam/colonizaram seu interior. A partir disso é possível compreender que o PNI, tal como hoje é conhecido, não estava instituído da mesma forma no período em que estas famílias migraram.³

Para lidar com a trama de entrevistas ricas em significados, busquei principalmente em Alessandro Portelli um aporte teórico capaz de suprir a necessidade analítica. Assim, o primeiro passo importante foi buscar refletir não apenas as entrevistas isoladamente, mas também, a entrevista no seu conjunto que se faz na relação entre entrevistado e entrevistador. Para isso em seu trabalho, *Forma e significado na História Oral* Portelli traz para esta análise alguns elementos reflexivos importantes (PORTELLI, 1997a).

O primeiro ponto é entender a entrevista como uma troca de olhares onde tanto entrevistado quanto entrevistador estão investigando e sendo investigados. Neste sentido a entrevista deve ser entendida, como Portelli alerta, como uma experiência mútua ou, nas palavras do autor: “Uma entrevista é uma troca de dois sujeitos: literalmente uma visão mútua. Os dois sujeitos interagindo, não podem agir juntos a menos que alguma espécie de mutualidade seja estabelecida” (PORTELLI, 1997a, p.9).

³ Apesar do PNI estar decretado e com sua área total quase definida nos padrões atuais, ainda assim, no âmbito da prática e dos usos da terra no espaço Oeste do Paraná, bem como, com os fluxos migratórios para ocupação e colonização, os limites territoriais nem sempre atendiam o que a documentação apresentava. Além disso, o efetivo de controle e gestão do PNI não era o suficiente para garantir uma fiscalização eficiente.

Lidar com fontes orais requer uma gama de cuidados assim como com qualquer documento, porém, devido a diversidade e possibilidade que as fontes orais proporcionam, muitas são as críticas que ainda perduram entre diversos pesquisadores das ciências humanas. Ainda em Portelli, *O que faz a história oral diferente*, as fontes orais têm em comum características autônomas e funções específicas que requerem instrumentos interpretativos diferentes e específicos (PORTELLI, 1997b, p. 26).

Assim, para o autor, a História Oral conta mais sobre significados do que sobre eventos e as entrevistas, neste sentido, revelam aspectos desconhecidos de eventos até mesmo conhecidos, mas que de certa forma, na frieza muitas vezes dos documentos escritos, não emergem com tanta força quanto na oralidade. Para Portelli, “Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez” (PORTELLI, 1997b, p. 26) É importante destacar que esta memória reivindicada nas narrativas não é apenas um depósito de sentidos, é também um processo ativo de criação de significações.

As práticas destes moradores provenientes do meio rural, bem como as narrativas que são construídas a partir delas, proporcionam perceber como este universo experimentado é ressignificado durante os processos de ocupação/colonização, desapropriação e mais tarde reassentamento, mantendo uma intensa inter-relação entre o passado de experiências e o presente. As maneiras de se relacionar com os valores inerentes à terra, não são de todo apagadas em suas lembranças ou vidas cotidianas e a terra, neste caso, não possui uma característica apenas como mercadoria, mas sim como um espaço onde cria e recria outros sentidos.

Assim, inicio com a fala do senhor Anairo Ferreira, residente atualmente no distrito de Santa Cruz do Ocoí, no município de São Miguel do Iguçu. O senhor Anairo, migrou do Rio Grande do Sul para o Paraná na década de 1960, juntamente com sua esposa, fazendo parte do processo de migração e colonização do espaço Oeste do Paraná, uma área de fronteira nacional com a Argentina. Na sua própria fala:

Eu saí de lá (aqui ele se refere ao estado Rio Grande do Sul) com 22 anos. Nós se casamos com 22 anos, dia 30 de Outubro de 1962. E daí, nós tava comprando essas terras aqui no Paraná que tinha um senhor que fazia caravana pra trazer o pessoal aqui pra comprar as terras. Era o Ernesto Zanuz que trazia o pessoal pra cá, ver as terras e vender pra quem fizesse negócio com eles né, que não era bem deles a terra. Eles tinha pegado pra revender, vender, sei lá. Era do doutor Coutinho e Miltom não sei do que. Eles tinha pego essas terras pra vender e que a escritura, era terra legal, daí o finado pai comprou deles essas terras (FERREIRA, 2009).

Ao olhar para esta narrativa de forma rápida, pode-se cair no engano de enquadrar esta história de vida como mais uma, simplesmente, no processo de migração e ocupação do território Oeste do Paraná, motivados por projetos de colonização privados com intuito de ocupar a fronteira nacional e agrícola.

E depois com o tempo, ficamos sabendo que era pra ser parque ali, não podia ficar lá dentro morando. Daí pra frente já começaram mexer e trabalhar pra tirar o povo de lá, tinha mais de 400 famílias lá dentro. Daí então foi que eles, o Incra, comprou essa terra aqui do Santos Guilherme e daí o povo foi *removido* pra cá, no Ocoí né (FERREIRA, 2009, grifo do autor).

Esta narrativa traz à tona um processo de migração e ocupação da fronteira nacional que ocorreu na atual área do Parque Nacional do Iguçu, retirando do exílio estas experiências silenciadas na memória social e também nos debates historiográficos regionais. O senhor Anairo continua sua fala:

E daí eles andaram casa por casa comunicando, queriam ver as escrituras tudo. E o pessoal tudo tava revoltado né, ninguém aceitou, ninguém aceitou! E por fim, mandaram chamar esse senhor lá do Rio Grande que vendeu as terras pros colonos ali né e daí, eles vieram ali. Daí foram pra Foz do Iguçu, pegaram as escrituras dos colonos e foram a Foz do Iguçu e de lá foram pra Curitiba. Daí aquilo abafou por uns anos. Quando chegou em 1970 e poucos, 72 por aí, daí chegaram de peso encima dos colonos né. Aí já vieram, já tinham as propostas tudo com é que tinha que ser feito e fazer né, eles iam indenizar lá. Quem queria dinheiro da terra e sair podia pegar e comprar em outro lugar. Quem queria a terra eles davam uma quantia de lá, davam aqui [PIC-OCÓI] (FERREIRA, 2009).

Outra narrativa também ajuda a perceber estes embates vividos na década de 1970. Nela, é possível apreender o quanto, para estes agricultores, o espaço ocupado não era entendido como um parque, mas sim como uma área de terra como as tantas outras que estavam sendo ocupadas por todo o Oeste do Paraná. Assim, utilizo a fala do senhor Alfredo Matte, nascido no Rio Grande do Sul e que ainda jovem migrou para o Paraná:

É, sobre o Rio Grande do Sul não dá pra falar muita coisa que era essas coisas mais antigas sabe, eu nasci lá e me criei num lugar até 21 anos. Daí em 64 nós viemos pro Paraná e o meu pai comprou terras ali na *colônia de Santo Alberto que na época era colonização nova né!* (MATTE, 2009, grifo do autor).

Gostaria de chamar a atenção do leitor para a frase em itálico. Se olhar com atenção, em nenhum momento apresenta que, nesta experiência de migração, sua família e outros migrantes estavam cientes da peculiaridade do espaço ocupado. Para eles, e isso fica muito claro na narrativa, era apenas mais uma colônia ou assim como ele fala, uma colonização nova.

Durante a entrevista, em um dado momento, quando questionado sobre a reação das pessoas no momento que passaram a receber a notícia que teriam de deixar suas terras, inicia a narrativa mencionando o fato de que muitos se revoltaram, pois não sabiam que aquilo era um parque:

É só que, a entrada no parque, isso nós estávamos, todo mundo tava desinformado. Porque ninguém não sabia que em 39, 40, foi decretado Parque Nacional, isso ninguém não sabia, porque na época informação era muito precária, era só o rádio, rádio ou algum jornal, mas isso era notícia que eles não interessavam muito e também ninguém não, não interessava, isso aconteceu lá no Paraná, a mesma coisa de hoje acontecer lá no Amazonas. Decretar uma área de reserva ambiental, um Parque Nacional, isso ninguém não dá bola, e de repente, quando nós vimos, nós estávamos lá dentro, só que nós estávamos legalmente dentro, nós tínhamos comprado, pago, escriturado com registro e tudo (MATTE, 2009).

A revolta destas pessoas em relação à desapropriação que envolveu suas vidas durante a década de 1970, e o quanto isso foi algo difícil de aceitar, são sentimentos que podem ser apreendidos nestas memórias narradas.⁴ Outro elemento que pode ser percebido é o fato do PNI não estar instituído como hoje é conhecido. Muitos destes sujeitos se veem como vítimas do processo de constituição do parque. Por outro lado, eles se percebem como participantes do processo mais amplo de ocupação da fronteira nacional e agrícola no Oeste do Paraná.

Outro depoente, o senhor Severino, migrou do Rio Grande do Sul para o Paraná em 1965 e ajudou a ocupar, juntamente com sua família, uma área de terra localizada no interior do PNI. Suas memórias oferecem a oportunidade de compreender como o espaço da floresta fora modificado e quais as intervenções humanas foram realizadas ao longo dos anos de ocupação como, por exemplo, a inserção de plantas que mais tarde passaram a fazer parte da categoria de plantas exóticas ou invasoras.

Durante a entrevista o senhor Severino passou a contar o processo vivido por ele e sua família, desde a saída do Rio Grande do Sul, até a construção de uma residência. Revelou a ajuda que receberam de outros que já estavam no lugar e de certa forma, mostrou uma memória marcada por laços de solidariedade que existiram neste início de ocupação.

Assim, nas palavras do senhor Severino, ele rememora:

Quando viemos morar aqui no Paraná não tinha nada aberto ainda. Nós fomos morar aqui em São Miguel do Iguazu porque, lá onde é que nós morava, não tinha estrada, era longe, não tinha estrada pra chegar na terra, aí nós ficamos aqui em São Miguel do Iguazu até maio 66. Daí nós fomos morar em 66, conseguimos entrar lá na terra. Nós entramos, começamos, também ainda não chegamos lá mas já via onde era a nossa terra, é aquele ali. Então no outro lugar ali, ajudamos o homem a construir uma casinha lá, o homem ia construir igual lá ele falou: vocês me ajudam a construir essa casinha ali aí vocês podem ficar até vocês conseguirem fazer a de vocês e construir a de vocês, então fizemos. Conseguimos construir aí que foi que derrubamos o mato, tiremos as toras, aí queimamos. Queimamos um alqueire, queimamos muito bem aquele mato, fizemos tudo as toras ali levamos pra cerraria, vamos esperar e daí construímos nossa casinha (BERRES, 2009).

O senhor Severino encontra-se, a partir do presente, olhando para o seu passado e durante o próprio momento da entrevista não está apenas narrando o que aconteceu. Está também, ressignificando, reivindicando e analisando a sua experiência de vida como ator social, não só da ocupação do espaço do atual PNI, mas também como agente que migrou para ocupar essa fronteira nacional e agrícola, um lugar que era tomado muitas vezes como vazio e selvagem.

É interessante observar a primeira frase “Quando viemos morar aqui no Paraná não tinha nada aberto”. É lógico que o depoente não está se referindo a todo o Paraná. Mas, enquanto sujeito que migra ainda jovem com sua família o Paraná surge, na memória do senhor Severino, como um espaço a ser desbravado o qual

⁴ Com relação ao sentimento de revolta narrado pelos depoentes ver: VENCATTO, 2010.

estava vindo ocupar e, neste caso, o fato de não haver estradas que adentrassem até o atual PNI, traz na memória um espaço vazio de pessoas e selvagem ao mesmo tempo.

Apesar da ocupação/colonização das áreas do atual PNI estarem relacionadas com espaço que se baseavam na vida no campo, também se formaram nestes espaços, pequenas vilas, com comércio local, escolas e igrejas. A vida nestes espaços não era apenas de trabalho no campo, existiram outros espaços de sociabilidade e outros espaços públicos, os quais estas pessoas de forma mútua ajudaram a construir, formando assim o que eles chamam no presente de comunidades.

Ainda através do senhor Severino, traz-se um pouco do processo que ele viveu para construção do clube e da igreja no interior do PNI, entre outros, em Santo Alberto. Assim:

Nós tinha um campo de futebol, nós tinha igreja aquela época, nós tinha um salão que tinha construído aquela época lá era, era, não sei o tamanho, não me lembro muito bem, mas era uns 15 metros de largura por 25 de comprimento e tudo construído por nós mesmo sabe, tudo com madeira. Se associava, dava uma tora ali e deixava a tora pronta, o caminhão vinha carregava e levava na serraria. Então, o que que a serraria fez, com essa madeira da igreja e do clube. Então o dono da serraria falou o seguinte: eu vou fazer o seguinte, eu pego as tora a metade pra mim e a metade pra vocês, pra sociedade. Foi feito assim, daí não precisava pagar nada, ele pegava as tora serrava e aí a sociedade ia pra pegar a madeira (BERRES, 2009).

Antes de qualquer análise da fala, não dá para pensar neste processo sem levar em consideração uma forma de organização que se constituía pelas mãos dessas pessoas. Percebe-se que aos poucos o modo de vida que possuíam nos estados de onde migraram foi se recriando sob forma de espaços de sociabilidade que também davam sentidos e valores para a vida social, como por exemplo a igreja.

Chamam atenção as relações e estratégias adotadas para construir tais espaços. Ocorre uma troca de favores entre estes agricultores e aqueles que possuíam meios de produção, neste caso, o dono da serraria. Como não havia possibilidade financeira suficiente para comprar madeira, estas pessoas, com o próprio trabalho, retiravam madeira de suas terras e doavam parte como forma de pagamento ao dono da serraria que preparava a madeira para ser utilizada. Neste caso, a doação de madeira entra como pagamento na conformação dessa associação.

É interessante como este processo se apresenta vivo na memória do senhor Severino, que muitas vezes durante a entrevista, pela riqueza de detalhes que surgiram, parecia estar falando de algo realizado a poucos dias atrás. Por último, mais uma vez a narrativa reivindica aquilo que construíram, e que de certa forma perderam, ao falar: “tudo construído por nós mesmo”. Não se refere apenas à sua família, mas sim a uma vida em comunidade vivida e experimentada por diversas famílias que mais tarde passariam pela desapropriação.

O primeiro depoente é o senhor Eugênio, entrevistado no ano de 2009 e 2012, no distrito de Santa Cruz do Ocoí, no município de São Miguel do Iguaçu. O senhor Eugênio migrou do Rio Grande do Sul para o Paraná na década de 1960 quando, ainda adolescente, juntamente com sua família, passou a viver na área do atual PNI. Em

2009, quando questionado sobre como era viver no PNI ou o que ele ainda mais lembra das terras onde morava, o mesmo narrou:

Uma coisa importante do parque, não sei se era época ou se era o solo, o que tinha muito era fruta. Lá plantava uma frutífera ela ficava saudável, deve ter até hoje lá meio abandonado, nos lugar onde tinha pomar deve ter vestígio hoje ainda. Tem gente que sabe que tem né (SAUZEN, 2009).

Chama atenção esta memória do senhor Eugenio. Num primeiro momento é possível através dela repensar na ideia de uma floresta primária em seu estado original reivindicada nos dias de hoje principalmente pela empresa Cataratas do Iguaçu S.A., uma das empresas que administra e explora as atividades turísticas no PNI. Estas famílias quando migraram trouxeram não somente móveis, trouxeram consigo alimentos, animais, sementes e mudas de árvores. Estas por sua vez foram perpetuadas no solo onde hoje está o PNI e desta forma fica difícil elevá-lo ao patamar de floresta atlântica original como o próprio discurso e as propagandas da empresa buscam realizar.⁵

Outro ponto que estimula reflexão é a esperança em sua memória da existência dos vestígios desta ocupação. Esta esperança de vestígios significa também perceber-se enquanto agente deste processo. Significa, nas memórias do senhor Eugenio, olhar as marcas deste passado que busca de alguma maneira, não ser apagado em suas lembranças. Se por um lado os discursos ambientais do PNI não dão ênfase a este passado, para o senhor Eugenio, as marcas desta ocupação através da esperança da existência destas mudas de árvores que foram por ele plantadas, significam não silenciar este processo.

Estas famílias que migraram e estabeleceram ocupações dentro do atual PNI, em sua grande maioria eram famílias de pequenos proprietários. Desta forma, viver da terra significava desenvolver diversas atividades como, por exemplo, o plantio de milho, mandioca, soja, criação de animais, formação de pomares, horta entre outros. Porém, quando foram expropriados e reassentados em outra área a aproximadamente 40 quilômetros, devido ao tempo para readaptar suas novas propriedades, tentavam de alguma maneira manter um contato de subsistência com suas antigas áreas.

A senhora Irma Sauzen, mãe do senhor Eugenio e sogra de Claudete, atualmente aposentada, ajuda a entender estes laços de dependência que haviam nos primeiros anos desta expropriação e reassentamento. Segundo ela, durante o período que já haviam deixado as terras que habitavam dentro do PNI, retornavam com alguma frequência para coletar frutas, pois suas novas propriedades não estavam produzindo tudo o que precisavam. Em suas palavras:

Aí nós fomos lá, pedir licença se nós podia apanhar fruta na propriedade que era nossa, mas a senhora tava a recém ontem eles [refere-se aos agentes do IBDF na época] falaram. Eu disse sim eu falei. Eu tava ontem, mas hoje aquilo não era pra mim, é pras irmãs. Eles falaram, podem ir mas cuidado não quebrem galho. Mas elas encheram aquela picape eu acho que, não sei como é que elas

⁵ Na obra de Diegues (2000), *O mito moderno da natureza intocada*, o autor problematiza a construção histórica que ao longo do século XX remodelou conceitos e ações sobre áreas que passaram a ser destinadas como espaços de preservação. Além disso, com relação ao PNI, existe todo um conjunto de propagandas e ações que são desenvolvidas pelas empresas que exploram as atividades turísticas no parque as quais, mitificam a floresta enquanto um local selvagem e intocado.

conseguiram comer tudo aquilo, eu falei, eu vou perder o ônibus vocês vão ter que me levar embora, cheguemos na rodoviária o ônibus tava pronto pra sair aí eu peguei o ônibus. Mas como tinha, tinha fruta, era incrível (SAUZEN, 2009).

A senhora Irma Sauzen rememora um episódio no qual ela, juntamente com algumas integrantes de um convento o qual ela conhecia, foram até sua antiga propriedade apanhar frutas. Para além da dependência destas áreas, chama atenção a quantidade de frutas que ela quer dar ênfase em sua fala. Assim como os outros depoentes, a senhora Irma deixa claro a existência destes pomares e que de alguma forma é possível que estejam presentes nos dias de hoje dentro do PNI.

Neste sentido cabe pensar que para além de um espaço de floresta em seu estado original, como é divulgado aos visitantes, o PNI trata-se de um espaço também delineado pelas ações humanas. As matas que o constituem também possuem as influências de seres humanos, pois algumas sementes que contribuem para a constituição da fauna do PNI, não viajaram em bicos de animais ou através dos ventos, atravessaram estados dentro de caminhões e carroças.⁶

Ao final de sua fala é impossível não perceber as marcas e sentimentos que aquelas terras deixaram nas memórias da senhora Irma. Mas será que são as características do lugar ou a maneira forçada às quais foram submetidos para deixar suas propriedades que de alguma maneira traz esse sentimento de saudade e apego? Se por ventura não tivessem sido expropriados o sentimento seria o mesmo? De alguma maneira, o fascínio apresentado em sua última frase, “Mas como tinha fruta, tinha fruta, era incrível”, deixa transparecer um sentimento de dor e perda, um abandono forçado ao qual foram submetidos. Neste processo de colonização que durou poucos anos, só restaram as lembranças de como estariam se a desapropriação nunca tivesse ocorrido.

Para além destes elementos, cabe mais uma vez pensar naquilo que estes moradores deixaram para trás quando, de maneira compulsória, precisaram sair de suas terras. Este episódio cravado na história do Oeste do Paraná que ocorreu há mais de 30 anos deixou seus vestígios na floresta hoje muitas vezes percebida e aclamada como um lugar intocado. Para além das diversas espécies de plantas introduzidas por estas famílias, os restos das ocupações também permanecem escondidos e cobertos pela vegetação que se reconstituiu.

Mas os ex moradores de São José do Iguaçu não são os únicos a relembrar o seu passado vivido no interior do PNI e a destacar as variedades de plantas que foram introduzidas no interior do parque. De uma maneira geral, todas as entrevistas que foram realizadas com ex-moradores, que na época eram pequenos proprietários, trouxeram à tona um passado que revela as variedades de plantas que foram introduzidas e de alguma forma podem estar presentes no interior do parque.

No ano de 2014, imerso nos trabalhos de campo realizei entrevistas em algumas comunidades localizadas no entorno do parque. Neste processo, tive a oportunidade de conversar com três moradores no município de São Miguel do Iguaçu, dos quais dois haviam residido e trabalhado no interior do PNI, a senhora

⁶ Sobre os vestígios e plantas motivados pelas interferências humanas, o capítulo 5 da tese de doutorado de Kropf, apresenta uma abordagem e análise significativa do PNI. Ver: KROPF, M. S. *Ultrapassando Fronteiras na Gestão da Biodiversidade: o caso dos Parques Nacionais do Iguaçu (Brasil) e Iguazú (Argentina)*. 2014. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2014.

Aurora e o senhor Zacarias, ambos aposentados. Em suas narrativas, o PNI emergiu com outras características e paisagens.

Durante a entrevista realizada com o senhor Zacarias, na tentativa de colher maiores informações sobre as características da paisagem do PNI nos anos de 1960-1970, foi possível constatar que a floresta que agora se encontrava tão próxima da comunidade em que reside, em outra temporalidade estava destinada ao plantio, e apresentava uma paisagem agrícola e um cenário de vida rural. Em suas palavras:

Você já pensou, dentro de quarenta anos, essa frente aqui era tudo mandiocal. (fala isso apontando para o PNI). Aquele mato que o senhor ta vendo ali, aquilo ali era tudo terra mecanizada. Tudo no boi. Era uns 5 alqueires. Mais pra baixo ali tinha 18 alqueire de varjão de arroz plantado. Era um varjão coisa mais linda. Quem vê assim hoje não imagina, não faz ideia de como era isso. E tinha de tudo ali, planta que tu imagina tem. Laranja, mexerica, lima. Tinha gente que tinha pomar né, outros era só alguns pé assim ao redor da casa, o resto era lavoura. Nós sabemos bem direitinho porque nós nascemos aqui dentro (ZACARIAS, 2014).

“Quem vê assim hoje não imagina, não faz ideia de como era isso”. Essas palavras do senhor Zacarias permaneceram por muito tempo em minhas reflexões e ainda provocam uma sensação de curiosidade. De alguma maneira elas sintetizam todo o contexto e a problemática desta pesquisa. As palavras lançadas pelo senhor Zacarias durante a entrevista, as quais surgem em um momento no qual o próprio depoente realiza uma autorreflexão de seu passado, falam de lembrança, de paisagem e do imaginário. De maneira crítica elas estimulam a reflexão sobre a paisagem hoje constituída.

Não há qualquer indício que possa deslegitimar a reflexão proposta pelo senhor Zacarias. Para qualquer pessoa que não tenha vivenciado um passado de experiências sociais constituídas no lugar hoje ocupado pela floresta, fica de alguma maneira desprovida de elementos necessários que possam ajudar na reconstrução da paisagem em sua imaginação. O exercício de olhar para a floresta e conseguir identificar por meio da imaginação, um campo de plantio ou vilas, é algo extremamente complexo e por mais que em alguns momentos as cenas sejam construídas diante do olhar do pesquisador, de alguma maneira não dão conta de expressar a riqueza de detalhes de um passado vivido.

O senhor Zacarias não foi o único morador a relembrar da paisagem que em outros tempos fizera parte do (PNI). Nas memórias da senhora Aurora, o verde da floresta, hoje predominante, nos anos de 1960-1970, dera lugar a núcleos populacionais. Em suas palavras:

Aqui tinha serraria, tinha tudo. Caminhão puxando tora. Tinha tudo, tinha muita coisa. Aqui mesmo na frente tem mexerica, lima, só que a gente não vai buscar né, a gente sabe que tem. E depois tem uns poço ali também que a gente nem sabe onde é né, porque o mato escondeu né, então é perigoso. Nossa se chegar a cair num buraco daqueles. Eu escutei falar que tem duas casas ali ainda que não tiraram. Olhar assim é difícil acreditar que aconteceu tudo isso. Era um lugar bem diferente mesmo (AURORA, 2014).

A narrativa lembrada pela senhora Aurora, expressa uma grande semelhança com o relato apresentado pelo senhor Zacarias ao mencionar que “Olhar assim é difícil acreditar que aconteceu tudo isso”. É como se ao realizar a entrevista, os dois moradores pudessem se deslocar até o passado e reviver a partir de suas memórias não somente as experiências, mas também todo o cenário paisagístico que em outra temporalidade estava colocado diante de seus olhos, muito próximo de suas atuais residências. Como pesquisador, a sensação e impressão construída naquele momento era como se estivessem olhando para a borda da floresta e se perguntando: e se nada disso tivesse ocorrido, como estaria este lugar hoje?

Tais previsões não são possíveis de serem realizadas, entretanto há de se ponderar que o processo de desapropriação foi crucial na formação e constituição da paisagem hoje existente no PNI. É de extrema importância salientar que a partir do momento que as desapropriações foram efetivadas a floresta passou a viver um estágio de reestruturação, incorporando em seu interior a diversidade de plantas que foram introduzidas pelas mãos humanas e redefinindo as características da floresta.

Neste sentido, as memórias narradas são de extrema importância não apenas para a pesquisa, mas principalmente para a história de ocupação e formação do Oeste do Paraná, bem como para a compreensão da constituição do próprio Parque Nacional do Iguaçu. Sem a presença da história oral, permitindo recontar e reconstituir a paisagem do PNI em diferentes pontos de sua extensão, o processo de formação do parque estaria relacionado apenas aos marcos legislativos, às versões memorialísticas construídas pelos órgãos que administram o parque e aos discursos ambientais construídos em diferentes temporalidades.

Diante da diversidade de relatos que reconstituem as formas de vida e ocupações que um dia existiram no atual PNI, fica cada vez menos sustentável a premissa da floresta preservada em seu estado original, tendo em vista que esse processo de colonização ocorrido nos anos de 1960 trouxe consigo não apenas pessoas, mas um conjunto de plantas que foram inseridas onde hoje cresce a floresta do parque.

Para encerrar, gostaria de citar aqui a fala do senhor Severino Berres, o qual refere-se ao parque enquanto um espaço qualquer de terra que estava sendo comprado imbricado em todo o processo mais amplo de ocupação e colonização da fronteira. Quando questionado sobre a área de terras que haviam comprado responde: “Não era verdade, porque Santo Alberto não era parque...”. Por mais que o PNI estivesse decretado desde a década de 1930, em sua existência estava mais presente em âmbito burocrático do que em algo materializado. Ou seja, o PNI ainda não estava instituído como hoje é entendido. Estava em processo de constituição e engendrado no processo de constituição da própria legislação ambiental e ocupação da fronteira nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os embates que foram vividos na década de 1970, devido ao processo de formação do PNI encontram-se vivos nas memórias destes sujeitos. O próprio PNI calcado na atualidade em valores ambientais de uma natureza selvagem intocada está marcado pelas intervenções humanas e ainda existem pendências fundiárias que não foram completamente resolvidas, como é o caso de algumas ilhas no Rio Iguaçu reivindicadas ao parque, porém concedidas a terceiros (IBAMA, 2002).

Como estão estes lugares nos dias de hoje? Seria possível que estas plantas resistissem ao avanço da floresta ou a sua existência não passa de mera esperança de um tempo vivido e hoje guardado nas memórias de alguns sujeitos? Independentemente de qual seja o cenário nestes lugares no interior do PNI, a paisagem presente nas memórias narradas foram capazes de revelar muito mais do que qualquer outra área do conhecimento pode fazer. Os usos da História Oral e da História Ambiental de maneira imbricada introduziram novos sentidos, pois permitiram a partir dos relatos de grupos marginalizados da memória pública do parque, reler a paisagem existente no (PNI).

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Rinaldo. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. In: Diegues, Antonio C. (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

AURORA. *Aurora*: depoimento. 2014. Entrevista concedida ao autor.

BERRES, Severino. *Severino Berres*: depoimento. 29 jan. 2009. Entrevista concedida ao autor.

CROSBY, Alfred. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900*. Tradução: José Augusto Ribeiro, Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. *O mito moderno da natureza intocada*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

FERREIRA, Anairo. *Anairo Ferreira*: depoimento. 12 fev. 2009. Entrevista concedida ao autor.

IBAMA. *Plano de manejo do Parque Nacional do Iguaçu*. Brasília: IBAMA, 1986.

_____. *Plano de manejo do Parque Nacional do Iguaçu*. Brasília: IBAMA, 2002. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/siucweb/unidades/parna/planos_de_manejo/17/html/index.htm>. Acesso em: 06 mai. 2010.

MATTE, Alfredo. *Alfredo Matte*: depoimento. 28 fev. 2009. Entrevista concedida ao autor.

PIMPERT, Michel P.; PRETTY, Jules N. Parques, comunidades e profissionais: incluindo participação no manejo de áreas protegidas. In: DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. *Projeto História*, São Paulo, v. 14, p. 7-24, fev. 1997a.

_____. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, v. 14, p. 25-39, fev. 1997b.

RICOBOM, Arnaldo Eugenio. *O Parque do Iguaçu como unidade de conservação da natureza no âmbito do Mercosul*: os problemas decorrentes da degradação ambiental. 2001. 208 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

SAUZEN, Eugênio; SAUZEN, Irma. *Eugênio e Irma Sauzen*: depoimento. 15 fev. 2009. Entrevista concedida ao autor.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VENCATTO, Rudy Nick. *"Mas com isso a gente começou duas vezes no meio do mato"*: memórias dos desapropriados do Parque Nacional Do Iguaçu (Oeste do Paraná, 1970-2009). 2010. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2010.

ZACARIAS. *Zacarias*: depoimento. 2014. Entrevista concedida ao autor.